

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

Documentação

Fonte: O Globo

Data: 6/12/98 Pg. 14

Class.: 536

Zona perigosa de fronteira está desguarnecida

Exército, Polícia Federal e Ibama são pouco presentes na Cabeça do Cachorro, região dominada pelo tráfico colombiano

Roberto Stuckert Filho

Rodrigo França Taves

• SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM). Quatro vezes por dia, em horários preestabelecidos, o operador de rádio do Pelotão Especial de Fronteira de Querari, invadido no início de novembro por militares colombianos, tem de entrar em contato com o 5º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, para informar que não houve incidentes e que todos estão vivos. Isolado numa das regiões mais perigosas do Brasil, a Cabeça do Cachorro, na fronteira com a Colômbia, o pelotão é formado por menos de 70 soldados, 75% deles índios recrutados em aldeias próximas, sob o comando de um tenente. Não há acesso por terra, a viagem pelo Rio Uaupés é perigosa e demorada e, em caso de conflito, o apoio aéreo da FAB, todo baseado em Manaus, levará pelo menos quatro horas para chegar.

São 2.500 homens para fronteira de 5 mil quilômetros

Querari é um exemplo de como é frágil a vigilância de fronteira feita pelo Exército numa área dominada pelo narcotráfico, pelo garimpo ilegal e pelo contrabando, e de onde estão se aproximando cada vez mais os combates entre a guerrilha e as Forças Armadas colombianas. Para proteger cinco mil quilômetros de fronteira seca com Colômbia, Peru e Bolívia, o Exército tem 20 pelotões com 70 homens e um destacamento com 20 soldados — 2.500 homens, se incluídos os efetivos dos comandos de fronteira da região. Os militares admitem que a estrutura é deficiente: se o Projeto Calha Norte não estivesse atrasado por falta de recursos, já deveriam ter sido criados pelo menos mais quatro pelotões.

— Se o Exército tivesse condições de impedir, os aviões colombianos não teriam pousado em



COMANDADOS POR um tenente, o único branco, soldados índios do Pelotão Especial de Fronteira de Querari fazem operação de vigilância no Rio Negro

Querari. Eles não desceriam se tivéssemos uma bateria antiaérea ou se soubessem que em 20 minutos nossos aviões estariam lá — diz um coronel envolvido com o Calha Norte e decepcionado com os cortes de verba para o projeto.

As Forças Armadas colombianas usaram sem permissão a pista de pouso de Querari para atacar guerrilheiros da Farc aquartelados em Mitu, a pouco mais de 30 quilômetros da fronteira.

Como são poucos, os pelotões têm uma faixa de fronteira muito extensa para vigiar. Os 70 soldados de Querari, por exemplo, são responsáveis por 133 quilômetros de floresta virgem, habitados apenas por algumas poucas comunidades indígenas. Os do pelotão de São Joaquim, também na Cabeça do Cachorro, têm de vigiar 215 quilômetros de fronteira em linha reta. Como a tarefa é

quase impossível, os militares se limitam a fazer missões de reconhecimento, uma a cada 60 dias, em média. Percorrem trechos de rios e trilhas na mata, muito mais em busca de aldeias indígenas necessitadas de atendimento médico e odontológico do que de guerrilheiros e traficantes.

O Exército, que presta um atendimento social elogiado pelos índios, considera o combate ao tráfico tarefa exclusiva da Polícia Federal e resiste à idéia de se envolver com o problema. A queixa dos militares é que o Projeto Calha Norte previa a instalação de núcleos da PF, do Ibama e da Funai em todos os pelotões. Chegaram a ser construídos, nos anos 80, pavilhões de terceiros para receber os servidores civis do Governo, mas até hoje estão às moscas por falta de moradores. Embora os pelotões estejam estrategicamente localizados às mar-

gens dos principais rios usados como acesso ao território brasileiro, mesmo a visita de agentes da PF é raríssima.

— Se o Estado estivesse presente na região da fronteira tomando medidas de prevenção, os problemas com narcotraficantes, contrabandistas e narcoguerrilheiros seriam bastante menores — reclama o coronel Claudimar Magalhães Nunes, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e coordenador do Calha Norte.

Tenente afirma que nunca fez operação conjunta com PF

Na prática, o noticiado envolvimento das Forças Armadas no combate ao narcotráfico na Amazônia está muito longe de ocorrer. Pressionado pelo Governo americano, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou uma ordem secreta no ano passado estabelecendo que o apoio mi-

litar deve-se materializar em ações de logística, comunicações e troca de informações no setor de inteligência. O general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar, chegou a dizer até que em grandes operações poderiam ser empregadas tropas do Exército. A teoria não funcionou. O tenente-coronel Gilson Marques da Silva, comandante do 5º BIS, em São Gabriel da Cachoeira, garante que nos dois anos que está à frente do quartel não fez qualquer trabalho em parceria com a PF.

— Precisaria ser baixada uma diretriz conjunta dos ministérios do Exército e da Justiça, e isso não aconteceu. Os agentes da PF só se apresentam aqui quando há um revezamento de plantão no posto policial. A PF e o Ibama têm de explicar por que não estão no pavilhão de terceiros. Se estivessem lá o trabalho aconteceria, mas infelizmente não estão.

Basta uma visita ao posto da PF para se ter a resposta. Só há três agentes de serviço em São Gabriel da Cachoeira, usando um carro emprestado pelo estado. Como não há dinheiro nem para a gasolina, os agentes dependem de doações do comércio. Um agente que pediu para não ser identificado garante que a situação é exatamente a mesma em outros postos da PF, alguns sob ameaça de fechamento. A única unidade em plena operação é a Base Anzol, no Rio Solimões, a duas horas de barco de Tabatinga. Além dela, a PF praticamente abdicou do policiamento de fronteira, por falta de infra-estrutura.

— Estamos aqui apenas para marcar presença. Se for preciso, podemos usar o suporte do Exército, mas isso é mesmo muito raro — confirma o agente.

Avião de abastecimento é o único contato externo

Com a ausência de policiais e fiscais do Ibama, o único contato externo dos soldados dos pelotões é com os pilotos de um avião Búfalo da FAB que aparece duas vezes por mês para deixar alimentos, correspondência, munição e combustível para os geradores a diesel. Os pelotões têm micro-usinas de energia elétrica, mas pelo menos dois meses por ano, quando as águas baixam na Amazônia, as usinas deixam de funcionar e são substituídas pelos geradores. Nesse período, os pelotões ficam às escuras durante toda a madrugada, numa medida de racionamento. Por questões de segurança, os Búfalos que percorrem os 335 quilômetros de São Gabriel da Cachoeira a Querari em uma hora de voo não levam botijões a gás. Por isso, as mulheres dos militares têm de cozinhar em fogões a lenha. O racionamento de energia também proíbe, permanentemente, o luxo dos chuveiros elétricos. ■

Documentação

6/12/98 Pg 15

536

Índios gostam do trabalho, mas sobretudo do salário

Comandante defende o recrutamento por causa da habilidade com fogo, vegetação, abrigos na floresta, caça e pesca

• SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM).

Apesar da proximidade com os guerrilheiros colombianos, o sonho do recruta Nestor da Silva, de 25 anos, é servir no pelotão de Querari no ano que vem, quando se tornará soldado profissional do Exército. Índio baniva, Nestor quer servir o mais perto possível da tribo onde mora sua família, a comunidade Apuí-Cachoeira, com 90 índios, na fronteira com a Colômbia. A noção de proximidade de Nestor é difícil de entender para quem não mora na Amazônia: do pelotão até sua casa, terá de viajar um dia de lancha e mais seis a oito horas a pé por trilhas precárias abertas na selva.

Nestor está servindo ao Exército desde o início do ano e, mesmo assim, ainda fala mal o português. Tímido, só não parece ainda mais distante de seu habitat porque mais de 70% dos recrutas em treinamento no 5º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, são índios como ele.

Dos soldados incorporados em 97, 85% são índios

Sem condições de trazer de outras regiões o efetivo necessário para a vigilância da fronteira, o Exército prefere dar instrução militar ao morador da região. No 5º BIS, 85,3% dos soldados incorporados em 97 são índios — 150 das tribos tucano, macu, dessano, cubeo, baré, piratapuia e baniva.

Quando o índio não entende nossa instrução militar, somos obrigados a pedir a um soldado mais antigo para traduzir para a língua geral indígena. Aqui, as instruções de guerra têm se ser sempre mais trabalhadas — diz o capitão Rudimar Gonsalves, ex-comandante do pelotão de Querari.

Nestor diz que está gostando de servir ao Exército, principalmente das aulas de tiro e dos trei-



NESTOR DA SILVA, soldado indígena do 5º Batalhão de Infantaria da Selva, quer continuar no Exército ano que vem

namentos. Mas o que leva os índios a se alistar é o bom salário pago pelo Exército aos soldados da região da fronteira, R\$ 630 líquidos, muito acima dos rendimentos de outros trabalhos na região. Nestor morava na selva antes de ser recrutado, mas seu colega Romualdo Lopes, de 28 anos, índio tucano, trabalhava num armazém em São Gabriel e recebia um terço de seu atual salário. Nascido na comunidade tunuri, na foz do Rio Uaupés, Romualdo já serviu um ano e meio no Pelotão Especial de Fronteira Matucará, próximo ao Pico da Neblina. Um pelotão de soldados índios

pode passar impressão de fragilidade. Mas o comandante do 5º BIS, tenente-coronel Gimilson Marques da Silva, garante que o resultado é muito melhor:

— Eles são tímidos, falam pouco, mas se desenvolvem muito melhor na selva. Se é preciso acender um fogo na mata, eles são os mais rápidos. Conhecem todos os tipos de árvores, ensinam os outros soldados a construir abrigos na floresta, são os melhores para caçar e pescar. O Exército precisa usar quem já está acostumado com a região — diz.

Dos 280 índios incorporados em 95, mais de 200 se tornaram

profissionais depois de um ano como recrutas. Em 96, foram incorporados 140 índios das aldeias da Cabeça do Cachorro e a maioria também já avisou que quer se engajar. Praticamente todos os pelotões do Exército na fronteira amazônica foram instalados próximo de aldeias indígenas. Nos poucos casos em que isso não ocorreu, foram os índios que aos poucos acabaram se aproximando dos quartéis. Eles botam seus filhos para estudar nas mesmas escolas dos filhos dos soldados e ainda costumam trocar alimentos e outros itens com os militares. ■

Roberto Stuckert Filho

Calha Norte só recebeu um quarto da verba original

Orçamento de 99 prevê R\$ 2 milhões

• SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM). As Forças Armadas gastaram mais de R\$ 2,5 milhões no início do ano para enviar 1.700 soldados e equipamentos para a fronteira com a Colômbia. O objetivo era expulsar guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que invadiram o território brasileiro para se esconder do Exército daquele país. Foram para a área soldados do 1º Batalhão de Forças Especiais do Rio e 1.500 homens dos batalhões da Amazônia. Teria havido tiroteio com guerrilheiros perto do Rio Traíra.

Parte dos custos teria sido evitada se já estivesse montada na Amazônia a estrutura prevista para o Calha Norte. Criado em 1985, o projeto previa investimentos de US\$ 600 milhões durante cinco anos para dar à região a infra-estrutura necessária para atenuar os problemas de fronteira. Passados 13 anos, só foram investidos US\$ 150 milhões.

Os recursos previstos no Orçamento de 1999 — R\$ 4,7 milhões antes dos cortes e menos de R\$ 2 milhões depois do ajuste fiscal — dão a exata noção da pouca importância que o Governo destina ao projeto hoje.

— O grande problema é que o projeto foi encarado pela so-

cidade apenas como um plano de militarização da fronteira. Não viram que a filosofia era muito mais ampla. O que se pretendia era vivificar a fronteira, aumentar a presença na região e garantir a oferta dos serviços sociais básicos necessários para atrair as comunidades — diz o coronel Claudimar Nunes, da SAE, coordenador do Calha Norte.

No papel, a idéia era que até 1990 as comunidades criadas em torno das unidades militares do Calha Norte já tivessem condição de se desenvolver sozinhas. Como isso não aconteceu, a infra-estrutura nas maiores cidades da fronteira é sofrível.

Da longa relação de obras planejadas para a região pelos governos militares — incluindo abertura de estradas, obras de saneamento, construção de usinas hidrelétricas, postos de saúde, escolas e órgãos do governo — muito pouca coisa foi feita. A assistência às populações indígenas continua sendo feita por missões religiosas salesianas e evangélicas, como no início do século.

Os militares continuam acreditando que só povoando a região da fronteira será possível evitar o acesso tão fácil de narcotraficantes, contrabandistas e garimpeiros.